



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2017.

Comunicação: 241/2017

Mandado de Garantia 125/2017

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Como se verifica da decisão de fls. 93 destes autos, concedi ao Impetrante a prorrogação do prazo para regularizar sua situação perante a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo o prazo final de 08 de julho para esta regularização, atendendo aos ditames das normas que regem a matéria.

Observo que o termo final para o clube Impetrante regularizar seu registro decorreu de pedido do próprio Campo Grande que, a fls. 54 *in fine* expressamente requer, no dia 08 de junho “**a dilação do prazo em mais 30 dias**”(sic).

Como o dia 08 de julho foi sábado, o prazo prorrogou-se até o dia 10. Hoje, dia 11 de julho o prazo se esgotou.

Diante do exposto, determino à Secretaria que consigne nos autos se o Impetrante carreu ao feito a documentação comprobatória do registro das duas últimas eleições ocorridas naquela agremiação esportiva até do dia 10 do corrente mês.

Este processo, independentemente da certificação pela secretaria sobre o cumprimento do prazo, está apto para ser julgado pelo Colegiado, razão pela qual foi inserido na sessão de julgamento que ocorrerá no dia 13 do corrente mês.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Entretanto, por motivos inadiáveis e justificados junto à Presidência desta Côrte, este Relator, no período de 11 a 31 de julho, estará ausente do Tribunal, não podendo participar do julgamento deste Mandado de Garantia que ocorrerá, repito, na sessão do dia 13 do corrente mês.

Em virtude da urgência que a questão impõe, solicito à Presidência a designação de novo Relator para este Mandado de Garantia, pois a decisão deste feito não pode se prolongar sob pena de inviabilizar o certame que se inicia.

Por oportuno cabe citar Ruy Barbosa que em frase lapidar alicerça a necessidade da pronta decisão final neste *mandamus*: “**A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta**”.

Encaminhe-se à Presidência e certifique-se o cumprimento ou não da exigência até o dia 10 do corrente mês.

DILSON NEVES CHAGAS
Auditor Relator